

# Política de resultados

Vastos segmentos da sociedade brasileira vêm se debruçando sobre os modelos econômicos que estão levando nações européias aparentemente envelhecidas e estagnadas a arrancarem com motores de força incomum para a modernidade.

Espanha, Portugal, Itália, que há duas décadas pareciam condenadas ao papel de pequenas nações de emigrantes em busca de ventos mais favoráveis nos Estados Unidos, ou em países emergentes do terceiro mundo — o Brasil incluído —, hoje despontam com avanços tecnológicos e reformas de suas bases econômicas atraindo maciçamente capitais e *know-how* gerencial.

Um dos principais motivos para o atraso brasileiro — à parte, naturalmente, a onda xenófoba que vivemos no início da chamada Nova República — é a falta de micropolíticas voltadas para a democratização do capital das empresas públicas.

O que isso significa? Em termos simples, estamos vivendo um clima de muita retórica e pouco pragmatismo, além de alguns gargalos de fácil caracterização. Um dos principais gargalos é o corporativismo e a concentração excessiva de poder para formar preços e determinar condições de mercado em alguns segmentos econômicos privados, que atuam em contraponto à estatização de matérias-primas, serviços e poupança.

Se há uma coisa da qual o Brasil e os brasileiros estão cansados é de retórica. Nenhum processo de privatização se fará neste país se não forem atacados os problemas setoriais a fundo, a começar pelas malhas e entranhas das empresas que se candidatem, ou sejam viáveis para a privatização. Ao lado disso, é preciso um enorme trabalho de *marketing* político, para convencer os brasileiros e brasileiras de que esse processo não significa tirar empresas das

mãos do monopólio do governo para transferi-las ao monopólio privado.

O caminho da privatização deve passar naturalmente por micropolíticas setoriais, capazes de esquadriñar objetivamente as prioridades, e levá-las a um roteiro com passos e objetivos muito definidos. Um deles deve ser a formação de *pools* para trabalhar a abertura e a disseminação do capital das empresas, usando o palco das Bolsas de Valores, integrando o sistema bancário no processo e deixando claro para o distinto público em que ele será beneficiado.

Muitos setores podem ser privatizados com o aumento do número de empregados, se os sistemas se tornarem mais eficientes e atraírem clientela e novos usuários. Há uma falsa idéia de que necessariamente a privatização deve provocar desemprego de funcionários públicos. Tão ruins, omissos e ineficientes são os serviços públicos hoje em dia, que talvez as massas empregadas possam ser recicladas e reaproveitadas, até com aumento de salários. Nada, porém, se fará com visão curta e sem um engajamento dos empresários fora do circuito dos cartórios. Devem estes desenvolver bases de apoio para idéias capazes de reconduzirem o Brasil à modernidade.

É altamente saudável, a propósito, que o Ministro da Fazenda tenha aberto diálogos nessa direção, procurando estimular os projetos cuja viabilidade econômica e social conduzam o país à retomada rápida do desenvolvimento. Ninguém deve perder de vista a realidade do subemprego e do desemprego no Brasil. Ambos decorrem de uma estagnação que não será superada sem uma dose considerável de audácia e trabalho, e não, como tem ocorrido freqüentemente, pela simples produção de idéias sem sustentação na realidade e no suor.